

**O COTIDIANO DOS TRABALHADORES NA
FAZENDA SÃO ROBERTO - SP**

Joana D'arc de Oliveira
joanadarcoliveira@usp.br

**ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

O Cotidiano dos trabalhadores na fazenda São Roberto – SP

Resumo: Analisa o cotidiano dos trabalhadores assalariados na fazenda São Roberto –SP, localizada no município de Ibaté até o ano de 1955, tendo como fontes de interpretação a documentação primária pertencente ao Arquivo José Franco de Camargo, de propriedade da família Camargo e um conjunto de entrevistas realizadas com familiares do fazendeiro José Franco de Camargo que dirigiu a propriedade no período investigado e com trabalhadores da fazenda. O objetivo do artigo é trazer ao plano principal os principais atores sociais que escreveram a história dessa propriedade, dando-lhes vozes, interpretações e representações.

Palavras Chave: Cotidiano, colono, trabalho e memória.

A região paulista, na qual está inserida a cidade de São Carlos, passou a apresentar a partir de 1850 um maior crescimento populacional e econômico, em razão, principalmente, da expansão da lavoura cafeeira que, até a penúltima década do século XIX, empregava a mão-de-obra escrava, a qual passou a ser gradativamente substituída nas últimas décadas do século XIX por mão-de-obra assalariada. A experiência com este tipo de trabalho começou ainda na vigência do sistema escravista, chegando estes a trabalharem ao lado de escravos e ex-escravos e foram submetidos a uma rotina de trabalho exaustiva que incluía todos os membros da família. Os colonos, como eram chamados, tinham várias tarefas, entre elas a derrubada e queimada da mata, o plantio, a colheita, o beneficiamento e ensacamento do café. Geralmente ganhavam pelo número de pés de café que cuidavam. Sua rotina era controlada pelo fazendeiro por meio de contrato assinado na sua chegada à fazenda. O fazendeiro não somente controlava o trabalho do colono como também sua vida social. Talvez por isso, muitos colonos fugiram das fazendas rumo às cidades onde poderiam desenvolver suas profissões de origem, como sapateiros, alfaiates, cozinheiros, e viver uma vida melhor. Nas fazendas, além do trabalho de lavoura, os fazendeiros também contavam com o trabalho de ferreiros, carreiros, cocheiros, oleiros, serradores, carapinas, feitores etc. (Freitas, 1999).

Vale lembrar que, no Brasil, o latifúndio foi ao mesmo tempo núcleo doméstico e empresa mercantil. As relações ali estabelecidas foram uma síntese de associações morais e de relações de interesses, elementos contraditórios, constituídos por um sistema que unificou lar e negócio. Nele, o cerne das relações entre fazendeiros e agregados foi o favor, num sistema de contraprestações de benefícios servidos e de serviços prestados. Nessas trocas mobilizavam-se fundamentalmente os atributos necessários para a participação de uma associação moral. (Franco, 1997)

Nas fazendas paulistas da região central, concedia-se ao colono um salário fixo anual, quota por alqueire de café colhido, e o aproveitamento das terras intercafeeiras para a plantação de alimentos. A eles era concedido o trato dos cafezais novos (Beiguelman, 1981). A imigração internacional possibilitou que a abolição fosse gradual e que não houvesse nenhum lapso na oferta da mão de obra necessária, quando o trabalho escravo se extinguiu definitivamente em 1888 o Estado – tanto o provincial quanto o monárquico – possibilitou que se fizesse a transição completa para o trabalho assalariado, dentro do setor mais importante da economia brasileira, na quantidade e no custo que convinha aos interesses dos fazendeiros. Sem dúvida a qualidade das terras roxas, as ferrovias, o progresso técnico no beneficiamento foram vantagens

fundamentais para a transição, mas sem a decisiva intervenção do Estado subsidiando as imigrações reduzindo os custos de mão de obra do capital cafeeiro estas vantagens desapareceriam (Beiguelman,1981).

Segundo Verena Stolcke (1986), Thomas Holloway (1984) e José de Souza Martins (1979) o colonato pode ser definido como uma combinação de salário anual, ganhos por empreitada, acesso às lavouras de subsistência e a responsabilidade de realizar certo número de tarefas pelas quais recebiam remuneração. Basicamente tais tarefas consistiam em: cultivo anual de um determinado número de pés de café, pelo qual recebiam uma remuneração variável segundo o número de pés e paga em parcelas mensais, bimestrais ou anuais. Além disso, podiam desenvolver outras atividades, pelas quais recebiam segundo o tempo de trabalho – dias ou horas – ou, eventualmente, conforme as tarefas executadas. Outra característica do colonato é o fato de constituir-se como uma relação de trabalho essencialmente familiar. Ao negociar com o “pai de família” o fazendeiro na verdade está contratando toda uma “célula produtiva”, composta pelos filhos mais velhos, pelas mulheres e eventualmente, nos períodos de colheita, até pelas próprias crianças. Quanto maior o número de integrantes de uma família maior a renda alcançada no trabalho. Segundo Stolcke, uma família composta por sete membros reunia condições de tratar de 7.000 cafeeiros, o que renderia a esta família a quantia de 4:200\$000 durante quatro anos, 1:050\$00 anuais.

Na fazenda São Roberto¹, localizada em Ibaté – SP, em 1880, Sabino Soares de Camargo contratou Innocencio Alves da Silva para tratar de três mil pés de cafeeiros já plantados, mediante a indenização de cinqüenta mil réis por ano, e lhe foi designada à permissão para o plantio de gêneros para sua subsistência nos intervalos dos cafeeiros. Mesmo que o trabalho escravo fosse mantido, Sabino como os demais fazendeiros da região já vinha buscando outras formas de substituição deste tipo de mão-de-obra pagando, porém, em geral, salários baixos aos contratados. Segundo Viotti (1998) a permanência do sistema escravista contribuía por si só para o aviltamento dos salários.

O trabalho livre foi inserido em larga escala na fazenda São Roberto após o fim do regime escravista e ganhou ainda mais volume a partir do momento que José

¹ A Fazenda São Roberto foi adquirida em 1874 por Sabino Soares de Camargo que a dirigiu até 1903, ano de sua morte. A partir desta data a propriedade passou a ser gerida por José Franco de Camargo, filho de Sabino, que a colocou entre as maiores produtoras de café do município. A fazenda está até hoje sob a direção da família Camargo que conserva todos os documentos e fotografias da história da família em um arquivo particular organizado e localizado na fazenda.

Franco de Camargo assumiu a direção da propriedade. Em 1904 ela contava com 30 trabalhadores nacionais, 150 estrangeiros e 70 moradias organizadas em três colônias. De acordo com as estatísticas desse mesmo ano, a fazenda possuía 290 alqueires paulistas, sendo destes, 150 de área cultivada, 30 em mata, 20 em capoeira, 80 em campos e 10 em brejo. Sua plantação era composta por 300.000 pés de café com uma produção anual de 12.000 arrobas. Apesar da maioria dos trabalhadores desta fazenda ser composta por imigrantes, havia também, conforme vimos, um significativo número de trabalhadores nacionais. Segundo Lamounier (2007) à medida que se adentra na região de fronteira – São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto e outras –, a presença do brasileiro, especialmente do migrante, fica ainda mais marcante. Os migrantes ocupavam-se das mais diversas atividades na derrubada das matas, na formação dos cafezais, na colheita, na cultura de subsistência, no transporte dos gêneros, na conservação e manutenção das estradas, na construção civil e em várias atividades urbanas. Ao lado dos migrantes que se estabeleciam, havia os migrantes de passagem, seja por ocuparem profissões que os obrigavam a estar em trânsito, como cocheiros, tropeiros e carroceiros, seja por estarem em busca de outras terras, na fronteira. Enquanto não partiam também desempenhavam tarefas, por empreitada, por exemplo.

Apesar da presença do trabalhador nacional na fazenda São Roberto, a maioria dos trabalhadores era constituída por imigrantes. Possivelmente José Franco de Camargo compartilha-se da posição corrente entre os demais fazendeiros de que estes eram superiores no que diz respeito principalmente ao desenvolvimento do trabalho nas lavouras, dizia-se que eram mais cuidadosos e mais produtivos. Ou seja, configurou-se a partir disto, uma representação social simbólica destes atores sociais.

Segundo o recenseamento populacional produzido em São Carlos em 1907, moravam na fazenda São Roberto José Franco, sua esposa Isolina e a filha Lucia. O contingente de trabalhadores era formado essencialmente por colonos italianos, em menos escala estavam os portugueses e brasileiros, havia ainda aqueles que ocupavam outras funções como camaradas, carreiros, carroceiros, jardineiros, as quais eram desenvolvidas essencialmente por negros. etc.

A relação social desenvolvida entre José Franco de Camargo e os trabalhadores da fazenda era estritamente profissional. Segundo Maria de Lourdes (2005) o “pai não admitia que empregado falassem com ele com as mãos no bolso, uma vez ele demitiu um administrador que foi falar com ele com as mãos no bolso”. Para Antenor Zago (2006), administrador da fazenda São Roberto, “José Franco de

Camargo tratava bem os empregados, só que não tinha muito contato com eles”. “Poucos empregados ele tinha contato, talvez com os mais antigos, mas o contato dele era mínimo. Ele não tinha relação direta com os trabalhadores, as ordens eram passadas por intermédio do meu pai” (Antonio Zago, 2006). Segundo José Franco Filho (2005), o pai era bom, mas tinha os fiscais, e os administradores para lidar com os colonos. “Na casa dele somente administrador e fiscal, colono não! Eles tinham medo de levar um pito e obedeciam”.

O dia do colono na fazenda começava cedo como relembra a senhora Scarparo:

Quando o sino tocava a gente sabia que estava na hora de levantar. Tinha o guarda e ele que batia o sino, então minha mãe já ia acordando nós, a lenha já tava acesa fazendo café, ai clareava o dia a gente se arrumava e já ia pro café, agora eu ia depois porque tinha que baldear água na cabeça, tirar água no poço. Pra encher o pote de barro nós pegava água na mina, que era um cristal Tipo oito e meia nove horas eu ia já com a comida na cesta, levava pra todos, meu pai meus dois irmãos e meu irmãozinho mais baixinho ia junto de companhia porque eu tinha medo.

Os colonos ganhavam por mil pés de café. Minha família que era composta por oito tocava quinze mil pés de café, a gente limpava, carpia. A mãe fazia o almoço e levava pra gente, daí ficava para ajudar na lida com o café. (Antonio Gianini, 2006)

Depois do almoço, segundo os relatos, era hora de descansar dez a quinze minutos na sombra e retornar ao trabalho, que constava no trato do cafezal, limpeza do terreno, colheita do grão, limpeza e beneficiamento. Depois de colhido e peneirado era levado para os lavadouros, de onde eram retirados os frutos ruins, em seguida era exposto no terreiro para secagem, nessa etapa cabia aos colonos também espalhar o café de lado a lado, mudando constantemente a posição para secagem uniforme. Depois de seco, seguia para a tulha sendo transportado pelo sistema Decauville, que consistia em trilhos móveis que eram distribuídos no terreiro para deslizar a vagonete. Esse sistema foi implantado nas fazendas para otimizar o trabalho diminuindo assim, o tempo gasto com essa etapa da produção. Após o armazenamento na tulha, os grãos eram beneficiados na máquina Mac Hardy, adquirida por José Franco de Camargo ainda nas primeiras décadas do século XX. O café era beneficiado, ensacado e levado

para a Estação de Trem de Água Vermelha e enviado diretamente para Santos (Franco Filho, 2005).

Nós cuidava de doze mil pés, carpia, cuidava depois, fazia cordão, quebrava cordão, depois colhia café, abanava na peneira, punha meio saco porque eu era miudinha, meu irmão falava: você leva só meio e eu levo um saco assim grande e cheio no carreador pra ir pro lavador, depois pro terreiro e ai sim pra tuia. Tinha um trilho assim que se chamava vagonete e que ia despejar o café lá (Rosa Scarparo, 2006).

A gente apanhava o café, abanava, ensacava, depois o caminhão levava para o lavador, daí era levado pela vagonette no terreiro para secagem. Depois na vagonette ia para a tulha. O trabalho era bem organizado (Antonio, Gianini, 2006).

Depois do fim do trabalho era hora da família voltar para casa, nesse momento todos se organizavam para apanhar lenha, elemento importante para a manutenção da vida na fazenda, pois servia para preparar os alimentos, aquecer a água usada para o banho e a casa em dias muitos frios.

Era assim, quando clareava o dia já era o sinal do dia, então ia pro café quem já carpia, da minha casa, eu ficava em casa porque eu tinha acho que oito anos por aí, minha mãe falava: acorda para você levar o balde para a mãe e o pano de prato; para enxugar o úbere da vaca, que era tirado o leite na mão. Nós tinha duas vacas no quintal. Aí eu ajudava ela, nessas alturas ela já tinha feito a polenta, porque era cozida no fogão e tinha uma tabinha assim que chamava mescla para mexer, meu pai não comia outro tipo de polenta, não gostava de leite, mais não podia faltar o formaio que é o queijo. A minha mãe fazia a comida, e eu levava a comida lá e como a gente esperava clarear o dia, tipo nove e meia dez horas a gente almoçava, aí eu ficava lá também trabalhando na medida do meu possível, no que eu podia fazer. E depois eu voltava tipo meio dia para casa para buscar o café, porque aí a gente já tinha trabalhado bastante, bastante!!!! aí tava com fome de novo, aí minha mãe mandava pão, que só era pão caseiro, não tinha outro pão, mandava a faca, mandava a polenta pro meu pai, nós comia e descansava um bom tempo na sombrinha e voltava carpir até o sol se por. Era assim nossa vida, o sol se punha, o meu pai falava: “vamo guardar as enxadas, junta as vasilha de água, de comida que nos já vamo embora”, aí a gente já ia juntando lenha de café [galhos secos de café] e fazia um fecho de lenha pra levar para minha mãe. (Scarparo, 2006)

Chegando em casa era a hora do banho. A mulher preparava água quente numa bacia e todos se banhavam. Porém, era costume deixar o chefe da família banhar-se primeiro. Como salienta Rosa Scarparo (2006) não havia banheiro nas casas dos colonos e para tomar banho a água era retirada do poço, aquecida em uma grande lata e depois despejada em uma bacia, o pai tomava banho primeiro e depois era a vez dos demais membros da família, seguindo a ordem do mais velho para o mais novo. Depois do banho todos jantavam. O cardápio era quase sempre composto por polenta, mandioca, pão, arroz, carne, legumes e queijo. Tudo produzido na própria fazenda, sendo que a carne, toucinho, café eram comercializados aos colonos pelo fazendeiro.

Depois do banho nos jantava, aí cada uma tinha uma coisinha para fazer, tinha uma mais novinha que eu, ela moía o café para deixar para minha mãe na gavetinha do moinho para cuar o café de manhã, eu ia lavar a louça e o nosso “bombril” era tijolo com carvão socado, para deixar a panela bem limpinha, tinha muita panela de ferro, não tinha quase alumínio, latinha de massa de tomates essas coisas assim era tudo feito canequinha, a higiene era do nosso modo, era ariar com aquilo, repassar bem, lavava numa bacia, colocava em uma outra com água bem limpa, repassava e debruçava ali no fogão de lenha, amanhecia tudo sequinho. (Scarparo, 2006)

Enquanto as mulheres se ocupavam das tarefas domésticas após o jantar, os homens se reuniam com os “compadres para prosear” falavam sobre o café, a colheita e sobre como havia sido o dia “depois do jantar sentavam assim para fora para conversar, quando tava calor assim quente assim, eles conversavam, contavam será que aquele ano ia dar uma colheita boa de café, tudo conversa sadia, aquelas coisas assim. (Scarparo, 2006) Segundo José Franco Filho (2005), era costume o fiscal andar pelas colônias a noite e nessas andanças sempre se deparava com alguns colonos reunidos em frente a suas casas. Ele se aproximava para garantir que não estivessem tramando algo contra a fazenda, ou ainda reclamando de algum fato relacionado ao fazendeiro ou ao trabalho ali realizado. Feito isso, recomendava que não permanecessem ali até tarde, já que o dia seguinte não demoraria a começar, virava as costas e se retirava. Em Entrevista com Antenor Zago (2006), foi possível constatar que essa rotina seguiu até meados do século XX, praticamente inalterada:

Em 1946: Eu batia o primeiro sino às 4h30min, às 5h30min eu batia a saída que era hora de pegar no trabalho. Tinha 1 hora para o almoço e meia hora para o café. As 5h30min da tarde era finalizado o trabalho, isso quando o dia

era mais curto. Conforme o tempo a gente dava o horário de descanso.
(Zago, 2006)

O convívio social entre os colonos era regido por muito respeito principalmente entre aqueles da mesma nacionalidade. Eram companheiros e se ajudavam mutuamente. Após o tempo de “prosa” segundo Scarparo (2006) o pai retornava para casa e já ia deitar-se para descansar para a rotina do dia seguinte, que salvo alguns imprevistos seguia sempre a mesma ordem.

Com a crise do café José Franco de Camargo passou a investir em gado de corte e leiteiro, mas deu continuidade à produção cafeeira. Das oito fazendas que possuía foram vendidas cinco. Na década de 40 do século XX, ele possuía a fazenda São Roberto e a Palmeiras ambas voltadas para o cultivo do café e criação de animais. Como produtor de leite, foi um fazendeiro de grande destaque participando ativamente da criação da Cooperativa de Laticínios de São Carlos.

Nesse período José Franco já não ficava muito na fazenda, controlava seus negócios de São Paulo entregando à administração de suas propriedades aos administradores. Segundo Antenor Zago (2006) cabia a ele o controle dos negócios e o contato com os trabalhadores, era o responsável pela organização e ordenamento da fazenda, sendo tudo registrado nos livros de conta corrente e nos diários da fazenda, os quais eram minuciosamente analisados pelo proprietário, quando de suas vindas à propriedade. Estando presente na fazenda, ele mesmo fazia a fiscalização do trabalho. Saía a cavalo, sozinho, e percorria toda a fazenda. Quando encontrava algo de errado voltava, chamava o administrador e o levava até o local, para que este chamasse a atenção do trabalhador responsável. “Seu Juca não gostava de conversar muito com o povo dele” (Antonio Gianini, 2006). Sobre os contratos de trabalho relembra o ex-administrador Antenor Zago (2006):

Era um contrato de um ano, eles moravam na fazenda nas colônias. Eles tinham terra para o plantio de alimentos. Eu resolvia isso, o seu Juca não dava o direito de falar com um ou com outro. Eu resolvia. Ele era muito reservado, preferia falar comigo. Quando alguém falava com ele, ele mandava falar comigo.

Tinham umas 40 famílias de colonos, vindos de todo lado. Vinham de uma fazenda ajustava, vinha de outra ajustava, era assim. Não vinha só de um lugar. Todo ano a fazenda fazia um contrato, uns ficavam outros saíam. É

assim, vem e sai, todo ano tem mudança de colono, camarada, carroceiro, carreiro, campeiro, tudo isso. (Antenor Zago, 2006)

Quem mandava na fazenda quando seu Juca não tava era o administrador seu Angelino Zenatti. Ele era uma boa pessoa e para nós era uma pessoa importante assim meu pai ensinava. Era como se viesse o prefeito aqui pra mim, era muito respeito. Era assim: seu Angelino vem vindo vocês tomam cuidado hein, faz o serviço bem feito. Era assim, ele que tomava conta da fazenda. (Scarpato, 2006)

Em 1955, período que demarca o fim da nossa pesquisa, encontramos no Livro de Contas Correntes da fazenda, organizado pelo administrador com a ajuda do guarda livros, a relação de empregados da propriedade, o valor de seus salários, sua profissão, serviços extras realizados e o valor das dívidas com o fazendeiro, oriundas de adiantamentos e do consumo de alimentos. Vejamos: Aylton Bianchi era colono, no mês de junho tratou de 4.504 pés de café pelo valor de 975,80 Cruzeiros. Consumiu: cinco quilos e meio de toucinho 143,00 cruzeiros, três quilos de carnes 51 cruzeiros, quatro quilos de café 80,00 cruzeiros, benefício de arroz 4,00 cruzeiros, cinco carretos 80,00 cruzeiros, luz 15 cruzeiros. Total de 373,00 cruzeiros; adiantamento: 300,00 cruzeiros. Total de descontos: 673,00 cruzeiros. Créditos: colheita de sete sacos de café sendo cada um 50,00 cruzeiros, total de 350,00 cruzeiros, três dias de trabalho sendo cada um 40,00 cruzeiros total de 120,00 cruzeiros. Pagamento final: 772,80 cruzeiros.

Em julho, o mesmo colono tratou de 4.504 pés de café 975,80 cruzeiros. Seus débitos foram: quatro quilos e meio de toucinho 117,00 cruzeiros, quatro quilos de café 80,00 cruzeiros, luz 15 cruzeiros. Total de 212,00 cruzeiros. Total de descontos: 212,00 cruzeiros. Créditos: colheita de doze sacos sendo cada um 50,00 cruzeiros, total de 600,00 cruzeiros, dois dias e três quartos sendo cada um 40,00 cruzeiros total de 110,00 cruzeiros. Pagamento final: 1.473,80. A renda final deste mês foi o dobro do mês anterior, devido ao fato de o colono não ter solicitado adiantamento, ter diminuído seu consumo, não adquirindo carne e por ter colhido o dobro de sacos de café.

No mês de agosto, ele tratou de 4.504 pés de café por 975,80 cruzeiros. Seus débitos foram: quatro quilos de café 80,00 cruzeiros, uma lâmpada 15,00 cruzeiros, Luz 15,00 cruzeiros. Total de 110,00 cruzeiros. Adiantamento: 500,00 cruzeiros. Total de descontos: 610,00 cruzeiros. Créditos: Colheita de onze sacos e um quarto sendo cada um 50,00 cruzeiros, total de 675,00 cruzeiros. Quarenta e oito balaios de milho

por 1.700,00 cruzeiros. Oito dias 320,00 cruzeiros. Pagamento final: 2.960,00 cruzeiros'. A renda final deste mês foi a maior do semestre, mesmo o colono solicitando adiantamento, sua redá final atingiu valor maior por ele ter diminuído seu consumo, não ter adquirido carne e toucinho, por ter colhido grande quantidade de sacos de café e por ter vendido ao fazendeiro quarenta e oito balaios de milho, o que confirma que os colonos tinham espaço para plantações particulares na fazenda. O único produto que este não deixava de consumir era o café o que nos leva a concluir que este produto não podia ser cultivado particularmente.

Como podemos perceber, os empregados da fazenda São Roberto consumiam do proprietário alguns produtos como café, leite, toucinho e pagavam pelo consumo de energia. Entretanto este não corresponde ao total de consumo dos trabalhadores. Conforme relatou Antonio Gianini (2006) "meu pai fazia compras em um armazém em Água Vermelha, ou na Dona Clarinha, em São Carlos, perto da igreja São Benedito, lá ele comprava a prazo". Vale destacar que aos trabalhadores esporádicos não era oferecida a venda de nenhum produto.

O dia do trabalhador da fazenda São Roberto era extremamente rígido e controlado pelo fiscal e administrador, quando não pelos olhos de José Franco de Camargo, "A gente tinha o dia pra trabalhar e a noite para dormir, era o que a gente tinha" (Scarparo, 2006) Apesar da dura rotina estes trabalhadores se dedicavam a alguns momentos de lazer. A respeito destes momentos, destacamos as falas dos entrevistados sobre o baile mensal realizado na colônia, para o qual os próprios colonos contratavam um sanfoneiro que vinha da cidade para animar as noites, segundo Scarparo e Gianini, este era um momento de alegria, de dançar e festejar. "Na colônia era uma festa. "A gente chamava um tocador de sanfona para fazer o baile mensal, nunca ouvi falar de briga na colônia" (Gianini, 2006).

Outro acontecimento lembrado por todos os entrevistados era a festa junina feita por José Franco de Camargo no terreiro, esse era o único momento que os trabalhadores se aproximavam da casa do patrão depois do horário de serviço. De acordo com Benincasa (2007) as festas juninas eram comuns nas fazendas cafeeiras do interior paulista, era o momento de festejar os santos Antonio, João e Pedro como forma de comemorar o final da colheita. Segundo os entrevistados a festa era muito boa e farta.

A casa dele era separada, a gente não podia andar por ali, pois o administrador não deixava. Só em época de festa a gente ia ao terreiro. Na casa dele ninguém ia, não podia entrar, eles não deixavam ninguém entrar. O

administrador falava: naquele pedaço não! Em frente a casa do seu Juca não podia passar. Era um lugar bem reservado. (Antonio Gianini, 2006)

Seu Juca dava uma festa na época da festa junina, ele tinha uma pessoa para matar o boi, picar e temperar e pra fazer churrasco. Tinha também todo mês o baile na mangueira, onde tocava o sanfoneiro que a gente mandava vir da cidade. Era nosso forrozão, participavam todos, os negros também, porque daí a gente já aceitava, porque depois a gente foi aprendendo que não era aquilo do modo que a gente foi criada. Nós tinha medo de ver a pessoa, quando eu via alguém pensava: nossa ela é preta. (Scarparo, 2006)

Assim, pelo que vimos, é possível afirmar que não existia qualquer tipo de proximidade entre os trabalhadores e José Franco, a mediação era feita pelo administrador e pelo fiscal. Seu Juca, como era chamado pelos trabalhadores “não era de muito falar”, “era reservado”, “justo” e “severo”. Sua presença era sentida mesmo na sua ausência, as construções, principalmente a casa de morada do proprietário, lembravam sempre de onde é que vinham as ordens.

Eu quase não conversei com o Juca, era pequeno, meu irmão mais velho trabalhava na horta e conversava as vezes com o Juca que sempre ia olhar o trabalho dele, mas falava com a boca, as mãos não podiam parar, pegava mal né. Eu nunca tive contato com o Juca, ele era bem reservado. Ele era exigente. (Gianini, 2006)

Quando questionada sobre o conhecimento da casa de seu Juca, Rosa Scarparo (2006) rememora: “na casa do seu Juca eu nunca fui, não era permitido, porque também ele morava na fazenda e nós na colônia”. Vemos assim que apesar de serem trabalhadores da fazenda São Roberto, a senhora Rosa Scarparo, até hoje, distingue claramente em seu depoimento o espaço do trabalhador como “colônia” e o espaço do proprietário como “fazenda”, quando na verdade, neste caso, se referia apenas à casa de morada e seu entorno. Desta forma, podemos verificar que os trabalhadores não se sentiam plenamente pertencentes à fazenda, o mundo deles era diferenciado, o espaço do proprietário não era acessível e, como tal, tido como sagrado, algo que conseguiam ver somente de longe e cujo interior configurava de maneira diferenciada em seus imaginários. Para eles a colônia era um mundo à parte da fazenda. “Seu Juca era muito ordeiro. Gostava de tudo limpo, tudo no lugar. A gente via seu Juca por um acaso, pois a gente morava na colônia e ele lá na fazenda. Ele devia ter um nome” (Scarparo, 2006). O grau de distanciamento era tanto espacial

como social, os empregados não tinham conhecimento nem do nome completo do fazendeiro e não faziam questão de sabê-lo, já que a ordem ali estabelecida demarcava posições sociais, morais e simbólicas.

Diante do exposto, podemos concluir que o cotidiano dos trabalhadores da fazenda São Roberto, era organizado de acordo com as características do regime de colonato apontado pelos autores Verena Stolcke (1986), Thomas Holloway (1984) e José de Souza Martins (1979) no início deste artigo. O dia era organizado em torno do trabalho no cafezal, o qual era desenvolvido por toda a família, exceto os filhos muito pequenos, as horas que sobravam eram destinadas a alimentação, higiene e ao descanso. Os momentos de lazer eram raros e esporádicos. O funcionamento da empresa rural seguia, portanto, a mesma lógica da empresa capitalista de produção que tem como premissa a maximização do lucro.

Referências:

BENINCASA, Vladimir. **Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930**. São Carlos/São Paulo: Edufscar/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos**, Livraria Pioneira Editora, 1981.

BRITO, Fausto. **As migrações e a transição para o trabalho assalariado no Brasil**. Minas Gerais, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

FRANCO, Maria S. de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete, Petrópolis: Vozes, 1987.

- FREITAS, Sônia Maria de. **E chegam os imigrantes: o café e a imigração em São Paulo**. São Paulo. 1999.
- HOLLOWAY, Thomaz. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARTINS, Ana Luiza. **Império do Café: a grande lavoura no Brasil 1850 a 1890**. São Paulo: Atual. 1990.
- MARTINS, J.S. **A Migração e a Crise do Brasil Agrário**, São Paulo: Editora Pioneira, 1973
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- MESSIAS, Roseane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição (1830-1888)**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- MILLET, Sérgio. **Roteiro do Café**. São Paulo: Hucitec/INC, 1982.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TRUZZI, Oswaldo. **Café e Indústria. São Carlos: 1850-1950**. São Carlos: Arq. De História Contemporânea- UFSCAR, 1986.
- _____. (org). **Fontes Estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos (1873-1940)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2004. Coleção Nossa História.
- WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

FONTES PRIMÁRIAS

ACERVO PARTICULAR FAMÍLIA CAMARGO:

Contrato de trabalho de Sabino Soares de Camargo com Galdino de Toledo, 1872.

Contrato de trabalho de Sabino Soares de Camargo com Innocencio Alves da Silva, 1880.

Convite para a formação da Cooperativa de Laticínios de São Carlos, 1937.

Livro de Contas Correntes, Fazenda São Roberto, 1955.

Livro Diário da Fazenda São Roberto, 1955.

Balanço Geral, Companhia Fazendas Reunidas Irmãos Camargo, 1955.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS:

Recenseamento da População de São Carlos do Pinhal de acordo com a lei 126 votada pela Câmara Municipal em sessão de 4 de fevereiro de 1907. Volume cinco, 1907.

ENTREVISTAS:

Maria de Lourdes Camargo Bardella, filha de José Franco de Camargo, 2005.

José Franco de Camargo Filho, filho de José Franco de Camargo, 2005.

Cristina Camargo Bardella, neta de José Franco de Camargo, 2005.

Antenor Zago, ex-administrador da Fazenda São Roberto, 2006.

Antonio Zago, ex-trabalhador da Fazenda São Roberto, 2006.

Guiomar Zago, ex-trabalhadora da Fazenda São Roberto, 2006.

Quiamir Verzola, ex-colona da Fazenda São Roberto, 2006.

Antonio Gianini, ex-colono da Fazenda São Roberto, 2006.

Rosa Scarparo, ex-colona da Fazenda São Roberto, 2006.